

HISTÓRIA DO COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL: EM ANÁLISE OS EXAMES DE ADMISSÃO (1953-1971)

Viviane de Oliveira Berloffo Caraçato¹

Maria Angélica Olivo Francisco Lucas²

Maria Cristina Gomes Machado³

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

RESUMO

O presente artigo faz parte de uma pesquisa sobre a história do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal do município de Maringá-PR. Nosso objetivo principal é reconstituir o processo de sua institucionalização, bem como analisar os exames de admissão realizados por essa escola no período de 1953 a 1971 para ingresso no ensino ginásial. Assim, por acreditarmos que nenhuma instituição tem o sentido de sua singularidade explicitada se tomada por si mesma, julgamos necessário compreender o contexto educacional do período em questão, assim como os aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico do Paraná e da colonização da região norte-paranaense, sendo esta última local em que foi fundada a cidade de Maringá. Diante disso, consideramos o conhecimento desse momento histórico como condição indispensável para recuperar aspectos referentes ao processo de criação de Maringá e da implantação do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal. Nesse sentido, elegemos a pesquisa bibliográfica e documental para o desenvolvimento deste estudo. Na primeira parte, abordamos alguns aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico do Paraná e do norte-paranaense; na segunda, apresentamos elementos a respeito do modo como ocorreu a colonização do norte-paranaense; na terceira, discorremos sobre a fundação de Maringá; na quarta, discutimos sobre a implantação da supracitada instituição e, por fim, investigamos a realização dos exames de admissão como exigência para o ingresso em nível ginásial. Encerramos, reafirmando a valiosa contribuição da instituição ora estudada para o ensino da população de Maringá e para o desenvolvimento desse município.

Palavras-chave: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal; Educação Maringense; Instituições Escolares.

DR. GASTÃO VIDIGAL STATE HIGH SCHOOL'S HISTORY: AN ANALYZES OF THE ENTRANCE EXAMS (1953-1971)

ABSTRACT

The present paper is part of a research about Maringá's Dr. Gastão Vidigal State High School. The primary objective is to reconstruct the institutionalization as well as analyze the entrance exams between the years 1953 and 1971 for middle school. Thus, because we believe that no institution has the sense of its uniqueness explicit if taken by itself, we deem necessary to understand the educational context of the period in question, as well as aspects related to the economic development of Paraná and colonization of the northern Paraná, latter place where the city of Maringa was founded. Therefore, we consider this historic period prerequisite to understand the aspects related to the process of creating and deploying Maringa's State High School Dr. Gaston Vidigal. Thus, we choose bibliographic and documentary research for the development of this study. In the first part we discuss issues related to the economic development of Paraná and the North of Paraná, in the second, we present elements about the colonization of North Paraná, in the third, discourse

about the founding of Maringa, on fourth, we discussed the implementation of the aforementioned institution and finally investigate the examinations for admission to middle school. We finish by reaffirming the valuable contribution of the institution to Maringá's population education and the development of this city.

Keywords: Dr. Gastão Vidigal State High School; Maringá's Education; School Institution.

Introdução

Neste artigo, pretendemos apresentar alguns elementos históricos relacionados à criação do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal em Maringá-PR, enfatizando os exames de admissão realizados para ingresso no ensino ginásial no período de 1953 a 1971. Ressaltamos a necessidade deste estudo para a reconstituição da história da educação maringaense para incremento de pesquisas na área de História da Educação que se voltem para o estudo das instituições escolares no Brasil. Essas pesquisas, em suas particularidades, constituirão um arcabouço que permite a compreensão da situação educacional brasileira em diferentes regiões do país.

A ocupação e o desenvolvimento econômico do Estado do Paraná, em sua fase de colonização, ocorreram por meio de ciclos: ouro, tropeirismo, erva-mate, madeira e café, sendo este último responsável pelo povoamento do norte-paranaense. Nessa região, a expansão da cafeicultura, mediante a iniciativa particular ou dirigida, permitiu o desenvolvimento de várias cidades, dentre elas, Maringá, local onde está situado nosso objeto de estudo. Esse município recebeu, durante a década de 1940, um elevado número de colonos interessados em adquirir um lote de terra, devido à facilidade para a sua aquisição e pela fertilidade do solo, considerado o mais propício para o cultivo do café. Desse modo, os primeiros habitantes que nela se estabeleceram sofreram com a falta de recursos, como transportes, assistência médica, escolas, dentre outros. A situação foi amenizada à medida que a cidade crescia e se desenvolvia. É nesse contexto que muitas escolas foram criadas no referido município, sejam públicas ou particulares, dentre elas, destacamos o Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, criado em 1953, em nível ginásial.

Para tanto, utilizamos fontes bibliográficas que retratam o processo de colonização do Paraná, de sua região norte e de Maringá, as quais englobam as pesquisas de Silva et al. (2001), Lazier (2003), Bettis Junior, Ordoñez e Sales (1996), Rollemberg (2010), Gomes (2011), Schmidt e Filizola (1988), Magalhães (2001), Luz (1997), Trindade e Andrezza (2001) Cancian (1981), Sanches (2002), Reis (2004), entre outras. Em relação à história da instituição, recorreremos a fontes primárias, tais como: livro ata sobre o histórico do estabelecimento de ensino, livro ata dos exames de admissão, pasta de coletânea de leis, entre outras.

Vale salientar que este artigo está dividido em cinco partes. Na primeira, abordamos alguns aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico do Paraná e do norte-paranaense, visto que estes foram de suma importância para a colonização de Maringá e para a implantação do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal. Na segunda, apresentamos elementos a respeito do modo como ocorreu a colonização do norte-paranaense. Na terceira, discorreremos sobre a fundação de Maringá. Na quarta, discutimos sobre a implantação da supracitada instituição e, por fim, investigamos a realização dos exames de admissão como exigência para o ingresso em nível ginásial.

A ocupação e o desenvolvimento do Estado do Paraná

Quando os portugueses aqui chegaram, em 1500, encontraram um território povoado por mais de 2 milhões de indígenas. Na região onde se situa o Estado do Paraná, havia diversas tribos que tinham línguas e costumes diferentes entre si, tais como os Xetá e os Guaranis, que faziam parte do grupo linguístico Tupi, e os Kaingang, que pertenciam ao grupo Jê (SILVA et al., 2001). Segundo a Secretaria de Cultura do Paraná, a existência dos indígenas em terras paranaenses remonta há 9000 anos:

[...] as provas materiais dessa história são encontradas em todo o território paranaense nos vários sítios arqueológicos já pesquisados como: os sambaquis no litoral e as pinturas rupestres, nos Campos Gerais. Nesses locais encontramos vestígios materiais importantes que revelam como viviam os habitantes desta terra antes da vinda dos primeiros europeus para a América (PARANÁ, 2012).

Assim, quando os europeus chegaram ao Paraná, no final do século XVI, depararam com diversas tribos indígenas, que, de acordo com Bettés Junior, Ordoñez e Sales (1996), viviam da caça, da pesca e da coleta de alimentos. Além disso, algumas delas se dedicavam à agricultura e cultivavam milho, mandioca, abóbora e batata-doce.

Contudo, o contato entre os índios e os colonos portugueses e espanhóis não ocorreu de forma amigável, pois os europeus tinham a intenção de escravizá-los como mão de obra e de vendê-los no mercado de escravos (LAZIER, 2003). Diante desse conflito, os indígenas se revoltaram e lutaram contra os ocidentais, mas acabaram sendo dizimados.

Os portugueses iniciaram sua ocupação pelo litoral, enquanto os espanhóis adentraram pelo interior do Estado e se deslocaram em direção ao Paraguai, ao serem pressionados pelas expedições portuguesas (BETTES JUNIOR; ORDOÑEZ; SALES, 1996). Entre os anos de 1640 e 1643, os colonizadores descobriram o ouro na região de Paranaguá. Esse acontecimento atraiu muitas pessoas para a região e intensificou a ocupação do território (ROLLEMBERG, 2010). No entanto, foi na região do Primeiro Planalto⁴ que a mineração realmente se desenvolveu. Assim, “[...] a procura pelo ouro levou à ocupação do Primeiro Planalto. Em 1693, foi fundado o povoado da Vila Nossa Senhora dos Pinhais, que em 1701 recebeu o nome de Curitiba, atual capital do estado” (GOMES, 2011, p. 125).

Cabe destacar que essa atividade econômica utilizou-se da mão de obra de escravos negros trazidos à força ao Brasil pelos portugueses, os quais utilizavam o trabalho escravo em diversas atividades. Sobre esse aspecto, Rollemberg (2010, p. 51) nos relata que “[...] a mão de obra africana foi utilizada nas minas de ouro, na criação de gado, na exploração do mate e da madeira, nas lavouras e em todo tipo de serviço [...]”. Dessa forma, contribuiu para o desenvolvimento da economia paranaense, a qual ocorreu por meio de ciclos: ouro, tropeirismo, erva-mate, madeira, café.

O ciclo do ouro teve início em Paranaguá na metade do século XVII. O tipo de ouro explorado nesse local era chamado ouro de aluvião⁵. Devido à sua grande procura e às dificuldades para adentrar o litoral paranaense, os mineradores passaram a construir suas moradias nos locais onde conseguiam chegar (SCHMIDT; FILIZOLA, 1988). Assim, a atividade aurífera “[...] ocasionou o povoamento do litoral, a fundação de Paranaguá, a colonização do Primeiro Planalto, a fundação de Curitiba e a abertura de novos caminhos” (BETTES JUNIOR; ORDOÑEZ; SALES, 1996). Segundo esses autores, os mineradores, para chegarem ao Primeiro Planalto, abriram caminhos como o da Graciosa, do Itupava e

do Arraial. Nesse local, a mineração atingiu o seu apogeu, sendo o ouro explorado nas regiões de Curitiba, Assungui, Tibagi, entre outras.

No final do século XVII, houve o esgotamento do ouro em Paranaguá, e a descoberta de jazidas na região de Minas Gerais provocou a migração em massa dos mineradores para aquela região. Desse modo, “[...] permaneceram no povoado os agricultores e criadores de gado, e a economia do litoral e do Primeiro Planalto tomou novos rumos” (GOMES, 2011, p. 126).

O tropeirismo foi outra atividade econômica responsável pelo povoamento do Paraná, mais especificamente, do Segundo Planalto, região dos Campos Gerais, área que favorecia a criação do gado. Os tropeiros conduziam as tropas de animais de carga, as quais levavam mercadorias para as várias regiões do país, bem como levavam o gado da região até as províncias de São Paulo e Minas Gerais para serem vendidos (ROLLEMBERG, 2010). Como o trabalho do correio era praticamente inexistente no interior, os tropeiros também exerceram esse tipo de serviço. Segundo Gomes (2011), além do transporte de animais, eles transmitiam recados e notícias, bem como levavam cartas e encomendas pelas vilas. Durante o seu percurso, eles paravam para descansar e, nesses locais, formavam vilas e povoados. Shimidt e Filizola (1988) complementam que esses povoados e vilas são, atualmente, as cidades de Lapa, Jaguariaíva, Ponta Grossa, Castro, Palmeira, Guarapuava e Palmas.

Com a construção das estradas de ferro, o transporte de pessoas e mercadorias passou a ser realizado por meio de trens, tornando desnecessária a atividade dos tropeiros. Nesse cenário, incrementou-se a produção da erva-mate no Paraná, produto que se destacou, no século XIX, como uma das principais atividades econômicas do estado. A erva-mate já era utilizada pelos indígenas e foram estes que ensinaram o homem branco a consumi-la. Os índios tinham o hábito de mascá-la e/ou ingeri-la em forma de bebida. Esse hábito estimulou a extração e o beneficiamento da erva, que, devido à sua expressiva produção e rentabilidade, contribuiu para a instalação de engenhos e de indústrias no Paraná. Sobre esse aspecto, Rollemberg (2010, p. 67) explicita que “[...] a produção da erva-mate contribuiu para a instalação de indústrias, como as que fabricavam barricas para embalar o produto. Também impulsionou o crescimento de cidades próximas dos engenhos, como Guaíra e Rio Negro”.

A erva-mate era carregada em carroças do planalto até os portos de Paranaguá e de Antonina. A partir de 1882, passou a ser transportada até esses portos por meio de barcos a vapor. Para facilitar esse processo, foi construída, em 1893, a estrada da Graciosa e, em 1885, a ferrovia Curitiba-Paranaguá, em função da necessidade de exportação do produto (ROLLEMBERG, 2010).

Vale salientar que a produção e a exportação da erva-mate contribuíram para a emancipação política do estado em relação à província de São Paulo. Assim, no ano de 1853, a Comarca de Curitiba tornou-se Província do Paraná. Esse acontecimento ocorreu por meio da Lei 704, de 29 de agosto de 1853: “A Comarca de Curitiba na Província de São Paulo fica elevada a categoria de Província com a denominação de Província do Paraná. A sua extensão e limites serão os mesmos da referida comarca” (apud LAZIER, 2003, p. 85). Em 19 de dezembro do referido ano, essa província foi instalada em Curitiba, e Zacharias Góes de Vasconcelos foi seu primeiro presidente.

No início do século XX, houve o declínio da exportação da erva-mate, ocasionando redução de sua produção. A partir desse momento, a atividade econômica que ganhou destaque foi a extração da madeira, a qual também contribuiu para o desenvolvimento do Paraná. Cabe dizer que o território paranaense, possuidor de uma vasta área florestal, passou a explorar a madeira e exportá-la por esta ter adquirido valor comercial. Em virtude

do intenso comércio desse produto, muitas serrarias foram criadas na região. Sobre essa questão, Gomes (2011, p. 143) nos esclarece que

Com a construção da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, intensificou-se a exploração do pinheiro-do-paraná [sic], pois a estrada garantiria o escoamento da madeira, que de início era vendida para outros estados e depois passou a ser vendida para países da Europa. O número de serrarias, conseqüentemente, aumentou.

Shimidt e Filizola (1988) expressam que essa atividade econômica atraiu o interesse de empresas estrangeiras, as quais investiam na construção de ferrovias e, em troca, recebiam do governo terras para explorar a madeira. Contudo, a exploração desordenada do Pinheiro-do-Paraná teve como consequência a quase total extinção de sua espécie.

Apesar dessa situação, ressaltamos que tanto o ciclo da madeira quanto o da erva-mate propiciaram o crescimento populacional do estado, devido à entrada de imigrantes para trabalhar nessas atividades. Com a proibição do tráfico de escravos em 1850 e a necessidade de maior quantidade de mão de obra para trabalhar nessas atividades, a Província do Paraná resolveu instituir uma política imigracionista. Segundo Magalhães (2001, p. 32), a importância dessa política é de duas ordens:

[...] a primeira pelo povoamento do território, diversificação das atividades econômicas e decisiva contribuição a urbanização, fatores que cooperam para o crescimento das receitas públicas; a de se formar no Paraná, como de resto na região Sul como um todo, a primeira classe média do país (composta por pequenos proprietários rurais, artesãos e comerciantes), segmento que, pela sua simples presença, concorre para a democratização da propriedade e do poder [...].

Por meio dessa política, os imigrantes adentravam o Paraná, instalavam-se em colônias e pagavam a dívida de seu lote por meio de prestações. Silva et al. (2011) nos revelam que muitos foram os imigrantes que para cá vieram. Entre eles, podemos citar os alemães, os austríacos, os franceses, os italianos, os ingleses, os poloneses, os chineses e os japoneses.

Vale ressaltar que a maioria da população paranaense se concentrava na área rural, mas os imigrantes, no decorrer do século XIX e início do XX, proporcionaram às cidades o desenvolvimento do comércio, da atividade artesanal e das pequenas e médias indústrias, além de imprimirem o seu estilo nas fachadas arquitetônicas e no ambiente urbano (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001). Diante disso, o Paraná foi considerado “a terra de todas as gentes”, pois, de acordo com Lazier (2003, p.89), “[...] tornou-se uma região multicultural e multiracial, uma mistura de sangue e cultura, talvez única no mundo pela sua diversidade. Essa é uma de suas particularidades, talvez a sua identidade”.

Nesse contexto, salientamos que outra atividade econômica importante para o Paraná foi o café, cujo cultivo processou-se do final do século XIX até meados do século XX. Originário da Etiópia, chegou ao Brasil no século XVIII. Inicialmente, essa planta foi produzida em pequena escala no litoral paranaense e, no início do século XX, propiciou a ocupação do Norte do Paraná, por meio da expansão da cafeicultura paulista e pela colonização dirigida, especialmente a partir da década de 1920. Luz (1997, p. 18) expressa que

A nova cultura, beneficiando-se da fertilidade das terras recém-desbravadas, atraía outros lavradores. Sua expansão se fez, na primeira fase, pela iniciativa particular de fazendeiros vindos principalmente das zonas cafeeiras em decadência de São Paulo e Minas Gerais, que viam nas terras paranaenses a possibilidade de ampliar suas lavouras.

Assim, os fazendeiros paulistas e mineiros cultivaram e produziram o café, formando, assim, as fazendas pioneiras do Norte Velho. Já a colonização dirigida processou-se por meio de companhias colonizadoras. Dentre elas, destacou-se a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, responsável pelo surgimento de várias cidades, como Londrina, Apucarana, Mandaguari e Maringá, na região denominada Norte Novo. Conforme Pacífico (2007), no Norte Novo, a produção do café atingiu seu apogeu entre as décadas de 1950 e 1960, contribuindo sobremaneira para a ocupação dessa região.

A produção do café também expandiu do Rio Ivaí ao Piquiri, no chamado Norte Novíssimo, e deste até o Rio Iguaçu, no Extremo Oeste Paranaense, durante as décadas de 1940 a 1960. A partir de então, a cafeicultura paranaense entrou em decadência, principalmente devido às geadas que ocorreram nessa década (CANCIAN, 1981). Nesse momento, a produção da soja, do trigo e da pecuária tornaram-se atividades econômicas que ganharam cenário na região (WACHOWICZ, 1995).

O povoamento do Norte-Paranaense

A partir de 1860, o Norte do Paraná passou a ser ocupado por fazendeiros paulistas e mineiros, os quais adentraram pelo curso superior e médio do rio Itararé. Eles formaram as primeiras fazendas de café sob o regime de grandes propriedades. Mas qual a razão de tanto interesse por essas novas terras se já eram possuidores de fazendas de café em seu estado? Balhana, Machado e Westphalen (1969, p. 214) nos esclarecem:

[...] a conjuntura nacional tornaria procuradas e preferidas, para o café, as terras do Paraná. Este Estado, por não haver ainda ultrapassado as suas quotas de produção, estava fora do alcance das leis restritivas ao plantio do café, advindas das crises de superprodução, não incidindo sobre os seus cafeeiros as taxas que já gravavam aqueles do estado de São Paulo.

Cabe dizer que, em muitos discursos, o Norte do Paraná, antes de sua colonização, era considerado como um território desabitado, um vazio demográfico. No entanto, Tomazi (1999, p. 53) rebate essas afirmações, ao declarar que ele “[...] já era conhecido e esquadrihado por engenheiros, agrimensores, viajantes, e que ademais viviam índios e caboclos que conheciam e habitavam esse espaço”. Conforme Mota e Noelli (1999), o conflito com os indígenas ocorrera nas primeiras décadas do século XVI, mediante as expedições portuguesas e espanholas que cruzaram a região, as quais estavam em busca de metais, escravos e de uma rota para o Paraguai e o Peru.

A (re)ocupação da região também ocorreu por meio da colonização dirigida, a qual processou-se a partir da década de 1920. Contudo, é necessário ressaltar que a colonização do Norte-Paranaense esteve atrelada à expansão da cafeicultura, que encontrou solo adequado para desenvolver-se. Para Chies e Yokoo (2012), o café foi cultivado e produzido inicialmente no Norte Velho – Santo Antônio da Platina, Tomazina, São José da Boa Vista, dentre outros locais. Posteriormente, a cultura cafeeira expandiu-se pelo Norte

Novo – Londrina, Cambé, Apucarana, Maringá e, por fim, no Norte Novíssimo, onde se localizam as cidades de Paranavaí e Umuarama.

A colonização do Norte Novo e Novíssimo iniciou-se, sobretudo, por meio da atuação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Essa empresa é resultado da Missão Montagu, de origem inglesa, a qual chegou ao Brasil no ano de 1924, a convite do Presidente Arthur Bernardes. Essa missão tinha como objetivo estudar a situação financeira, econômica e comercial do país com vistas à consolidação da dívida brasileira com a Inglaterra.

Vale ressaltar que Lord Lovat, diretor da *Sudan Cotton Plantations Syndicate* e assessor da Missão Montagu, fora incumbido por essa companhia inglesa de estudar a possibilidade de aplicar seus capitais para, naquela região, cultivar algodão, pois este era importado em larga escala pela indústria têxtil inglesa (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975). Nesse momento, de um lado, estava Lord Lovat em busca de informações sobre terras para o plantio do algodão e, de outro, estavam os fazendeiros do Norte Velho à procura de investidores estrangeiros para continuar as obras da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, paralisadas por dificuldades financeiras. Desse modo, confluíram os interesses, contribuindo para a colonização do Norte Novo e Novíssimo.

Lord Lovat, após conhecer o Norte do Paraná, surpreendeu-se com a terra roxa. Por seu incentivo, a companhia inglesa passou a produzir algodão na região. Assim, em 1925, criou, em Londres, a *Brazil Plantations Syndicate* e, no Brasil, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). No entanto, por questões políticas e econômicas, a empresa passou a se dedicar exclusivamente à colonização. Por isso, conta-nos Lazier (2003, p. 142), os ingleses

[...] compraram terras entre os Rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí. Em 1925, adquiriram diretamente do governo do Estado 450.000 alqueires por apenas 8.712 contos de réis. Pagaram por alqueire o equivalente a 5 kg de feijão ou o salário de um carpinteiro. Foi um negócio ilícito. Em 1927, já possuíam 515.000 alqueires, coberto de matas.

Além disso, a CTNP adquiriu as ações da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná e conseguiu estender os trilhos até Cambará. Luz (1997) nos revela que houve um perfeito entrosamento entre as duas empresas, pois uma se encarregara da colonização e a outra permitira, ao estender os trilhos até as zonas de loteamento, o escoamento da produção e o acréscimo do fluxo de colonizadores para as “frentes pioneiras”.

Conforme Balhana, Machado e Westphalen (1969), a CTNP organizou a colonização da área em moldes modernos, dividindo-a em zonas, as quais, após medição e demarcação, abertura de picadas e estradas, eram colocadas à venda. Os autores complementam:

Estas zonas foram, por sua vez, divididas em glebas e estas, reservadas as áreas para a localização de patrimônios e cidades, em lotes coloniais, cujo tamanho médio, nas terras da Companhia, era de 15 alqueires. Os lotes, em faixas alongadas, foram planejados com frente para a estrada que passava no alto do espigão, e com aguadas nos fundos, nos vales. Não havia servidões, nem propriedades encravadas (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 215).

A colonização teve início com o Patrimônio Três Bocas, atual cidade de Londrina, local onde iniciaram a derrubada da mata e instalaram o escritório da CTNP. Segundo Luz (1997), as primeiras vendas foram realizadas em 1930 para um grupo de japoneses. A autora complementa que, por ser uma estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades, a referida Companhia vendeu:

[...] a) datas, nas cidades fundadas por ela, com extensão média de 500-600 m² cada uma; b) chácaras, em redor das cidades e vilas, até a área de 5 alqueires paulistas; c) lotes rurais, com área superior a 5 alqueires paulistas, para sítios e fazendas. As condições de aquisição eram diferentes, conforme se tratasse de: a) lotes agrícolas: 30% de entrada e 4 anos de prazo para pagamento; b) chácaras: 40% de entrada e 2 anos para pagamento; c) datas urbanas: 50% de entrada e 50% no prazo de um ano. Os juros cobrados eram de 8% ao ano. Os funcionários da Companhia gozavam de um desconto especial de 20% (LUZ, 1997, p. 40).

Em relação aos negócios realizados, Wachowicz (2001, p. 271) explicita que

Foi tão grande a movimentação de compras de terras, que em apenas um determinado ano, a companhia chegou a vender 60.000 alqueires. Ao lado de compradores nacionais era grande também o número de estrangeiros: italianos, portugueses, espanhóis, alemães, japoneses, poloneses, ucranianos, etc.

As muitas negociações estiveram atreladas às intensas propagandas realizadas pela CTNP. Luz (1997) afirma que tais propagandas divulgavam os benefícios de aquisição de um lote, cuja posse da terra era garantida e havia facilidade de seu pagamento. Para isso, a colonizadora utilizou-se dos jornais, sobretudo de São Paulo, os quais veiculavam notícias sobre a fertilidade dos solos do Norte do Paraná com o slogan: “Certeza de lucro e garantia do direito de propriedade colonizaram o Norte do Paraná”. Lima (2011) enfatiza que foram realizadas propagandas fora do país, as quais contribuíram para a vinda de imigrantes esperançosos em prosperarem no Brasil.

A população que chegava à região não se fixava exclusivamente na zona rural, mas também em cidades e patrimônios, os quais foram criados para oferecer produtos que não eram cultivados pelo agricultor e os que eram necessários para apoiar as atividades agrícolas. Nesse sentido, Luz (1997, p. 45) pontua que

Em 1940, na enorme gleba pertencente à empresa, havia apenas um município – o de Londrina – e que fora desmembrado de Jataizinho em 10 de dezembro de 1934 [...]. Sua população era de 75.246 habitantes. Em 1950 já existiam 6 municípios, cuja população alcançava 373.774 habitantes, sendo 101.811 na zona urbana (27,3%) e 271.963 na zona rural (72,7%).

A CTNP adotou algumas diretrizes para o seu plano de colonização cujas atividades principais eram: 1) colonização, a qual incluía o planejamento, o loteamento e a venda das terras; 2) construção de estradas para facilitar o escoamento da produção e ligar os vários núcleos de povoamento; 3) implantação de núcleos urbanos que serviriam como polos irradiadores do empreendimento (LUZ, 1997).

No ano de 1944, a Inglaterra precisou dispor-se da CTNP, a qual foi adquirida por acionistas brasileiros, os quais passaram a denominá-la Companhia Melhoramentos Norte

do Paraná (CMNP). Dentre eles, incluía-se Gastão Vidigal, então Presidente do Banco Mercantil de São Paulo. Tais acionistas prosseguiram o processo de colonização da região sem alterar as diretrizes fixadas por seus antecessores, as quais definiam que as cidades que se tornariam núcleos econômicos mais importantes seriam demarcadas de cem em cem quilômetros. Já os patrimônios, os centros comerciais e os abastecedores intermediários distanciar-se-iam de 10 a 15 quilômetros um do outro. Além disso, determinavam que a área urbana, tanto das cidades como dos patrimônios, seria dividida em datas residenciais e comerciais (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975).

Em 1947, foi fundada a cidade de Maringá, planejada para ser o polo regional da porção mais ocidental das terras da Companhia. Nessa área, outras cidades já se desenvolviam, como Apucarana, Mandaguari e Jandaia do Sul. Na década de 1950, a empresa colonizadora fundou as cidades de Cianorte e Umuarama, ambas de importância regional. Segundo Luz (1997), o censo demográfico do Estado do Paraná, no ano de 1960, apontava que havia 27 municípios na área da Companhia e uma população de 881.306 habitantes, dos quais 272.394 encontravam-se na zona urbana e 608.912, na zona rural. O maior número de pessoas na zona rural explicava-se pela predominância da atividade agrícola. Por fim, a autora complementa que a empresa colonizadora, por não ter conseguido adquirir novas terras, passou a lançar-se em empreendimentos industriais.

Vale salientar que o Norte do Paraná apresentou elevado crescimento populacional entre as décadas de 1920 e 1960, devido, sobretudo, à cultura do café e da atuação da CMNP, contribuindo para a ocupação e o desenvolvimento do estado. Nesse cenário, destacamos o município de Maringá, um dos principais núcleos econômicos empreendidos por essa empresa e local onde está localizado o Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal.

A Fundação da “Cidade-Canção”: Maringá

O início da ocupação de Maringá ocorreu a partir de 1938. No entanto, foi na década de 1940 que um expressivo número de famílias veio para esse local, atraídas pela fertilidade das terras e pela facilidade de aquisição dos lotes. Nesse período, foram iniciadas as primeiras construções urbanas, as quais eram bem rústicas e feitas de madeira retirada das matas. Tais construções destinavam-se ao assentamento dos numerosos migrantes que chegavam ao povoado, local que, anos depois, fora denominado Bairro Maringá Velho. Segundo Sanches (2002), a Companhia divulgou aos futuros compradores que a cidade seria localizada em um terreno plano e com um plano urbanístico arrojado, de modo que aquele povoado era somente um local provisório. Assim, estabeleceu que o mesmo tivesse apenas seis quadras em meio à mata para a instalação de comércios e residências.

Vale ressaltar que a CMNP esperou a realização do traçado da estrada de ferro, que ligaria a região até Guaíra, para então definir o local da cidade. Nesse sentido, cabe dizer que as pessoas que estavam instaladas no pequeno povoado enfrentaram várias dificuldades, como nos declara Sanches (2002, p. 13):

Como o Maringá Velho naquele tempo estava cercado pela mata fechada, havia muitos mosquitos e também muita variedade de animais e pássaros. O meio de transporte mais comum era o cavalo [...]. A iluminação era de lampião a querosene, a água era de poços com mais de 20 metros de profundidade e puxada com sarilhos. Banheiros e instalações sanitárias eram pequenas casinhas fora de casa, sobre fossas comuns.

Foram os pioneiros que realizaram a derrubada das matas e formaram as primeiras lavouras de café e cereais. De acordo com Luz (1997, p. 64), “[...] as famílias de pioneiros chegavam ao lote que haviam adquirido e se acomodavam, a princípio, num rancho de palmito, que servia como abrigo até que se pudesse construir uma habitação melhor e mais segura”. A CMNP também estimulou a vinda de várias famílias para aquele povoado para que as mesmas exercessem suas atividades no intuito de que nada faltasse à população do pequeno núcleo e da zona rural. No entanto, os primeiros anos foram bem difíceis para a população, devido à falta de transportes, de assistência médica, de educação escolar, entre outros problemas. Em relação aos negócios que eram realizados nessa localidade, salientamos que

No pequeno núcleo urbano que surgia, concentravam-se as atividades de compra e venda de terras, as negociações entre proprietários, hospedagem de colonos recém chegados e algumas práticas ínfimas de comércio varejista. O local funcionava também, como pousada para aqueles que se embrenhavam mato a dentro, no rumo desconhecido das barrancas do Rio Ivaí (REVISTA MARINGÁ, 2006, p. 4).

As vendas dos lotes foram feitas em maior número na década de 1940, os quais foram adquiridos, em sua maioria, por brasileiros, mediante o escritório da empresa em Londrina. Entre eles, se sobressaíam os paulistas, os mineiros e os nordestinos. No que diz respeito aos estrangeiros, podemos citar os espanhóis, italianos, portugueses, japoneses, alemães e russos. Segundo Luz (1997), os brasileiros representaram 82,9% dos compradores, enquanto os estrangeiros 17,1%. Em relação ao pagamento das terras, a autora complementa que os sitiantes tinham o prazo de até quatro anos e meio para quitá-las e, caso não conseguissem, a propriedade não lhes era tomada. Como a primeira colheita do café ocorria geralmente no quarto ano, nesse período é que a situação dos agricultores melhorava, pois a produção de cereais não gerava grandes lucros como a de café.

No ano de 1940, foi construída, com a ajuda da comunidade, a Igreja São Bonifácio na propriedade do Padre Emílio Clemente Sherer. Esta foi edificada com madeira da própria fazenda. Nela foram realizadas as primeiras missas, batizados e casamentos (SANCHES, 2002). Em 1942, a CMNP realizou a construção do Hotel Maringá, o primeiro que teve como seu arrendatário o Sr. José Inácio da Silva. Esse simples empreendimento visava ao atendimento de pessoas que estavam de passagem pelo local e os recém-chegados que não tinham onde se alojar (LUZ, 1997). Nesse momento, o núcleo do Maringá Velho possuía apenas uma rua principal e algumas transversais.

A chegada constante de colonos aumentou a população e, como não havia escola para as crianças, os pais precisavam contratar pessoas para ensinar os seus filhos nas próprias casas. Líderes locais como Ângelo Planas, Otávio Periotto e Napoleão Moreira da Silva se empenharam para que uma escola fosse construída para atender os pequenos estudantes. Conseguiram fazer com que a professora Dirce de Aguiar Maia, que lecionava em Cambé, assumisse a Casa Escolar de Maringá, primeira escola do patrimônio. Esta passou a funcionar em março de 1946 e, posteriormente, recebeu uma nova denominação: Escola Isolada do Maringá Velho. De acordo com a *Revista Maringá Ilustrada* (1957), as aulas foram iniciadas com um grupo de 48 crianças em uma sala que continha 18 carteiras e uma mesa.

Assim que a demarcação da estação da estrada de ferro foi concluída, a CMNP delegou ao engenheiro Dr. Jorge de Macedo Vieira a elaboração da planta da cidade. Ele utilizou o conceito de cidade-jardim⁶ para desenvolver o projeto. Na sequência, apresentamos a planificação detalhada de Maringá.

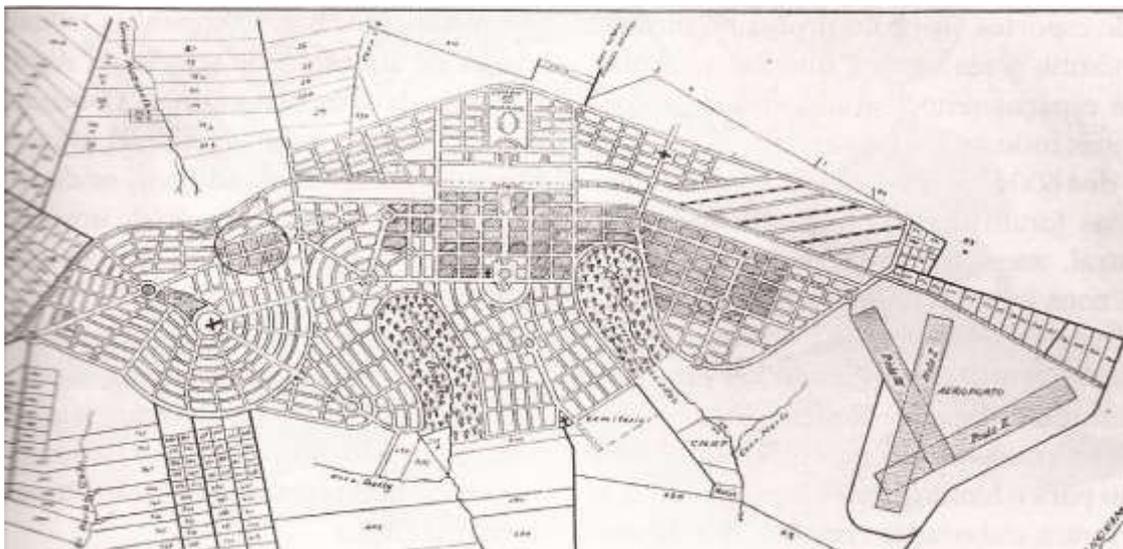


Ilustração 1 – Planta da cidade de Maringá

Fonte: Revista Maringá (2011)

Podemos observar, mediante o projeto urbanístico da cidade, os bosques em pleno perímetro urbano, o estádio de futebol, o aeroporto, ruas bem traçadas e, do lado esquerdo, a demarcação das seis quadras do núcleo do Maringá Velho. Conforme Luz (1997, p. 73),

A área urbana da cidade abrangia, no plano inicial, 600 alqueires, com cerca de 5 km de comprimento e 3 de largura. Desta área, 44 alqueires foram reservados para dois bosques de florestas naturais, com 22 alqueires cada um, localizado em pleno perímetro urbano, cortado pelos córregos Moscados e Cleópatra, respectivamente. A planta da cidade previu a conveniente localização dos bairros, determinando-lhes previamente a função: residencial, residencial popular, industrial, operário, de armazéns (com desvios ferroviários), etc. O centro cívico e administrativo teve a sua localização prevista na parte central da cidade, próximos às estações rodô e ferroviária. Ali se ergueram, com o tempo, os edifícios públicos municipais, estaduais e federais.

No ano de 1947, a CMNP transferiu seu escritório para Maringá e iniciou as vendas das datas no Maringá Novo. Desse modo, a fundação oficial da cidade ocorrera em 10 de maio de 1947 como distrito de Mandaguari. Para ligar o Maringá Novo ao Maringá Velho, foi aberta uma “picada”, atual avenida Brasil. A região referente ao Maringá Velho ficou conhecida como “fim da picada”, pois a mesma terminava ali. Reis (2004) esclarece que, nesse local, a CMNP exigia que os adquirentes dos lotes construíssem os seus estabelecimentos comerciais em curto prazo, de modo que a frente deveria ser de alvenaria e os fundos poderiam ser de madeira. Essa exigência tinha em vista impulsionar as construções e contribuir para o desenvolvimento do povoado.

Os anos de 1947 a 1949 foram marcados pelo maior número de famílias chegando a essa localidade, pois desejavam se estabelecer na promissora cidade. Segundo Luz (1997), devido ao acentuado progresso, tanto na zona urbana quanto na rural, a cidade apresentou, no ano de 1950, uma população de 38.588 habitantes e uma arrecadação municipal de Cr\$ 2.516.485,70. Nesse sentido, em 14 de novembro de 1951, por possuir os requisitos necessários, Maringá foi elevada à categoria de município pela Lei nº 790, mediante o projeto do Deputado Rivadávia Vargas⁷, tendo como distrito Iguatemi, Floriano e Ivatuba.

Em 9 de março de 1954, tornou-se Comarca de Maringá (REIS, 2004). Vale ressaltar que o seu nome originou-se de uma canção feita por Joubert de Carvalho no ano de 1931, a qual retratava a seca do nordeste, notícia do momento nos jornais. Essa canção foi cantada em todos os pontos do país e, também, pelos caboclos que derrubavam as matas do Maringá Velho (SANCHES, 2002). Por iniciativa de Antenor Sanches⁸, foi realizada uma campanha, aprovada pela população, para que a cidade adotasse o codinome de Cidade Canção.

Cabe destacar que, no ano de 1952, foi inaugurado o primeiro ginásio da cidade, chamado Ginásio Maringá, pertencente à rede privada de ensino. No entanto, em vista da impossibilidade de muitas famílias arcarem com esse tipo de estudo para os seus filhos, a população passou a reivindicar um ginásio público perante os líderes locais. Assim sendo, no ano de 1953, foi inaugurado pelo então prefeito Inocente Villanova Jr⁹ (1952-1956) o Ginásio Municipal de Maringá, posteriormente denominado Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal. É sobre sua implantação que versaremos na sequência.

A Implantação do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal

O crescimento demográfico de Maringá esteve atrelado, especialmente, à expansão da cafeicultura, à fertilidade de suas terras e à sua localização privilegiada no setentrião paranaense. Sobre esse aspecto, Luz (1997, p. 196) pontua que

A escolha do “sítio” onde está localizada a cidade de Maringá obedeceu à sistemática adotada pela Companhia de situar os principais núcleos urbanos no espigão-mestre que serviu de direção para o avanço da colonização e para o estabelecimento das vias de comunicação. Além dessa posição-chave, o seu relevo favoreceu o estabelecimento de um centro urbano de proporções médias e a sua expansão.

Desse modo, a chegada constante de colonos em busca de um futuro melhor contribuiu para o crescimento da população e para o aumento da taxa de crianças em idade escolar, já que numerosas famílias vieram nela se estabelecer com a sua prole. Essa situação foi amenizada, em 1946, com a construção da primeira escola primária: a Casa Escolar de Maringá. No entanto, até o início da década de 1950, não havia no distrito instituições que ofertassem o ensino secundário. Assim sendo, os indivíduos que quisessem prosseguir os seus estudos tinham que se dirigir a outros locais do estado, como Jacarezinho e Curitiba. Assim que Maringá foi elevada à condição de município, a elite local passou a almejar por esse tipo de escola para seus filhos e, no ano de 1952, foi inaugurado o Ginásio Maringá, primeira instituição de ensino da rede privada a oferecer o ensino secundário. Contudo, a grande maioria das famílias não podia arcar com os estudos de seus filhos em outra localidade nem no mencionado ginásio. Em razão disso, a população passou a reivindicar, junto aos líderes locais, uma escola pública secundária.

Mediante análise das atas das sessões da Câmara Municipal de Maringá do ano de 1953, observou-se que os vereadores se empenharam para a criação do curso secundário no município, dentre eles destaca-se Jorge Ferreira Duque Estrada (MARINGÁ, 1953). Dessa maneira, após vários esforços por parte dos que defendiam a criação dessa modalidade de ensino, foi criado em 02 de dezembro de 1953, na gestão do prefeito Inocente Villanova Jr, o Ginásio Municipal de Maringá. Este, no decorrer de suas atividades, recebeu diferentes denominações até ser nomeado Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, em homenagem ao presidente do Banco Mercantil de São Paulo, um dos principais acionistas da CMNP.

O Ginásio Municipal de Maringá foi criado por meio do documento nº 2 da Lei Municipal nº 13 de 1953. Essa instituição de ensino passou a atender os estudantes no ano de 1954, tendo como seu diretor o professor Nicolau Ballas Barros. O prédio escolar situava-se na Rua Martim Afonso, próximo à Catedral Santíssima Trindade. Conforme relatos de ex-alunos, o local era precário e mal acabado, nas salas de aula não havia piso, portas nem janelas. Em relação ao corpo docente, era composto, em sua maioria, por professores que não tinham formação docente: ex-seminaristas, contadores, advogados, entre outros. Mas, mesmo nessa condição, o ginásio passou a realizar as suas atividades no município.

Para ingressar na primeira série do ginásio, era necessário realizar exames de admissão. Tais exames foram instituídos mediante a Reforma Francisco Campos, no ano de 1931. Conforme consta na ata dos exames de admissão para o ano de 1954, houve 140 candidatos inscritos na instituição, dos quais 106 foram aprovados (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1953-1960). No entanto, durante o primeiro ano de funcionamento do Ginásio Municipal de Maringá, o município apresentou dificuldades para mantê-lo. Então, a Assembleia do Estado do Paraná autorizou a transferência desse ginásio para o sistema estadual de ensino, por meio da Lei nº 2.168 de 04 de agosto de 1954, a qual foi divulgada pelo Diário Oficial nº 124 de 06 de agosto de 1954. A partir desse momento, a instituição passou a ser denominada Ginásio Estadual de Maringá.

A instituição, mesmo estadualizada, passou por dificuldades em relação ao pagamento dos professores. Devido a essa situação, o vereador Basílio Sautchuk elaborou um projeto de Lei para conceder uma ajuda mensal de Cr\$ 2.000,00 aos professores do Ginásio Estadual que trabalhassem mais de doze horas semanais. Ao secretário da escola e às zeladoras o auxílio seria de Cr\$ 1.000,00. Tal ajuda perduraria por dois anos a partir de 01 de janeiro de 1955, sendo abolida no momento em que o governador do estado concedesse aumento aos docentes (MARINGÁ, 1955).

Em 1955, foi realizada uma campanha para dar um nome ao Ginásio Estadual e o escolhido foi “Dr. Gastão Vidigal”. O Governador do Estado do Paraná, Adolfo de Oliveira Franco, sob proposta da Secretaria de Educação e Cultura, renomeou o Ginásio Estadual de Maringá para Ginásio Estadual Dr. Gastão Vidigal pelo Decreto Governamental nº 19.902 (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1953-1975).

No ano de 1956, o Poder Executivo foi autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 12.000.000,00, destinado à construção do prédio, pois o mesmo continuava em condições precárias. Isso ocorreu por meio do Decreto nº 7.370 de 29 de dezembro de 1956, o qual também atribuiu ao Ginásio Estadual Dr. Gastão Vidigal o nome de Colégio Estadual de Maringá, o qual, por sua vez, passaria a funcionar a partir do ano letivo de 1957 (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1953-1975).

Em 28 de agosto de 1958, a instituição foi novamente renomeada, passando a chamar-se Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal. Esse ato ocorreu mediante o Decreto nº 18.808, o qual autorizava o funcionamento do segundo ciclo de estudos (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1953-1975).

Nesse momento, o prédio escolar se apresentava em melhores condições, graças à verba que recebera do estado. A seguir, podemos observar como se encontrava a instituição no final da década de 1950.



Ilustração 2 – Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal

Fonte: Acervo Maringá Histórica

No ano de 1961, foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), conhecida como Lei 4024/61. Dentre as suas diretrizes, têm-se a instituição da flexibilidade curricular, a articulação dos diversos graus e ramos e a divisão do ensino de grau médio em ginásial (quatro séries) e colegial (três séries), os quais ofertariam disciplinas obrigatórias e optativas (BRASIL, 1961). Mediante análise dos relatórios finais das turmas do colégio, a partir da implantação da primeira LDB, identificamos que a instituição ofertou as disciplinas obrigatórias e optativas, adequando-se ao sistema educacional vigente.

Cabe dizer que o número de estudantes na instituição aumentava a cada ano e, no início da década de 1960, as instalações tornaram-se insuficientes para atender a classe estudantil. Assim, no ano de 1964, iniciou-se o processo de licitação para a construção de um novo prédio para o colégio. A seguir, apresentamos o edital de licitação veiculado no *Jornal Correio do Paraná* em 27 de outubro de 1964.



Ilustração 3 – Licitação para o novo prédio do colégio

Fonte: Jornal Correio do Paraná (1964)

Após esse processo, as obras foram iniciadas. A conclusão do novo prédio ocorreu no ano de 1967. Assim, no 2º semestre do mencionado ano, o colégio foi transferido para esse local, o qual se situava na Rua Líbero Badaró, bairro Zona 7. Nesse momento, havia 1.886 estudantes matriculados e 80 docentes lecionando na instituição, quadro este que

ratificava a demanda por um espaço mais amplo para o atendimento dos alunos (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1966-1967).

Em função da Lei 5692/71, o colégio precisou adequar a sua denominação, o que ocorreu somente a partir do Decreto nº 1.361 de 23 de dezembro de 1975, por meio do qual passou a ser denominado Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal – Ensino de 1º e 2º graus (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1953-1975). Por meio desse decreto, foi autorizado o funcionamento do ensino de 1ª a 8ª séries do 1º grau e dos cursos técnicos de Redator Auxiliar, Tradutor e Intérprete, Auxiliar Sanitarista, Auxiliar Técnico em Eletricidade e Desenhista de Arquitetura, como 2º grau, em substituição ao curso colegial (NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE MARINGÁ, 2012).

Desse modo, a instituição de ensino em estudo prosseguiu os seus trabalhos no município, adequando-se a outras leis da educação que, posteriormente, foram estabelecidas pelo governo. Nesse sentido, vale ressaltar que o Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal contribuiu para a educação maringaense e para o desenvolvimento da cidade. Prestes a comemorar os seus 60 anos, é considerado como um dos estabelecimentos públicos de ensino mais sólidos do município.

Exames de Admissão: uma prática avaliativa

Os exames de admissão ao ginásio foram instituídos, em todo o país, mediante a Reforma Francisco Campos no ano de 1931, como já mencionado. De acordo com o Decreto nº 19.890 que o implantou, os candidatos à matrícula na primeira série ginásial deveriam realizar esses exames na segunda quinzena de fevereiro. Para isso, os estudantes deveriam ter a idade mínima de 11 anos e estarem inscritos em um único estabelecimento de ensino. Tais exames conteriam provas escritas, sendo uma de português (redação e ditado) e outra de matemática (cálculo elementar), e provas orais sobre elementos dessas disciplinas e mais sobre rudimentos de Geografia, História do Brasil e Ciências Naturais (BRASIL, 1931).

No ano de 1939, o Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, alterou as regras para os exames de admissão. Esse ato ocorreu por meio da Portaria nº 142 de 24 de abril do mesmo ano e, dentre as novas orientações, enquadrava-se o caráter eliminatório das provas escritas de Português e Matemática. De acordo com Aksenon e Miguel (2013, p. 05), as instruções sobre as avaliações das referidas matérias determinavam que

[...] as provas escritas de Português e Aritmética fossem realizadas no mesmo dia e tivessem caráter eliminatório, não podendo prestar exame oral o aluno que obtivesse nota inferior a cinquenta (50) em qualquer das disciplinas. Previa também os conteúdos que deveriam ser cobrados em cada prova e os critérios de correção. De acordo com a referida Portaria, no item 20, a prova escrita de Aritmética deveria conter no mínimo, cinco problemas elementares e práticos.

Em 1942, Gustavo Capanema implantou a Lei Orgânica do Ensino Secundário mediante o Decreto-Lei 4.244. Este apresentava novas diretrizes para o exame de admissão: as provas poderiam ser realizadas em duas épocas, uma em dezembro e outra em fevereiro; poderiam se inscrever nos exames de segunda época os candidatos que não o prestaram no primeiro período e os que não obtiveram aprovação; os estudantes não aprovados em um estabelecimento de ensino secundário não poderiam realizá-lo em outra

instituição na mesma época (BRASIL, 1942). Vale salientar que o estudante, para matricular-se na instituição de ensino onde fora aprovado, deveria comprovar não ser portador de nenhuma doença, assim como apresentar um atestado de vacinação, comprovando estar devidamente vacinado.

Em relação aos exames de primeira época, Minhoto (2008, p.460) nos revela que

Capanema reafirmava a 1ª época de exames, realizada em dezembro, como exclusiva para os alunos que estavam matriculados no primário das instituições em que prestavam os exames. Além disso, atribuía-lhe um caráter de concessão especial, com distribuição específica das taxas arrecadadas: 20% dos recursos iam para o patrimônio do estabelecimento, 70% iam para a banca e 10% ficavam com inspetor — que em 2ª época de exames não ganhava tal porcentagem por ser considerada época regular.

Quanto ao tipo das provas, estas seriam orais e escritas e envolveriam as disciplinas de Português, Aritmética, Geografia e História. Inicialmente, era realizada a prova escrita e depois, a oral. Vale ressaltar que a Portaria nº 501, de 19 de maio de 1952, incluía novas instruções para os exames de admissão. Ela mantinha as duas épocas para a sua realização, mas oferecia uma segunda chamada ao candidato impedido de participar da primeira, seja por motivo de doença, solenidade ou luto decorrente de falecimento de parente próximo. Quanto à inscrição e realização dos exames, mantinha as demais orientações (AKSENEN; MIGUEL, 2013). As autoras complementam que, nesse mesmo ano, houve a primeira alteração nas orientações da prova de Português, pois até então o candidato deveria realizar uma redação mediante a apresentação de uma estampa. A nova instrução determinava que os estudantes realizassem uma redação cujo valor mínimo era de quatro pontos, sem especificar de que tipo ela seria. No ano de 1959, já se admitia uma redação de livre escolha da banca examinadora.

A Circular nº 3 de 11 de novembro de 1959 determinava que a prova oral da disciplina de Matemática ficasse a critério de cada estabelecimento de ensino. Ao investigar as atas dos exames de admissão do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, verificamos que a instituição acatou tal proposta e não a realizou mais. No entanto, nesse mesmo período, identificamos, por meio de tais documentos, que o colégio extinguiu as provas orais de História e Geografia. Em relação à avaliação oral de Português, esta permaneceu até o ano de 1963.

Ao analisarmos as atas dos exames de admissão da instituição ora estudada, identificamos que a primeira prova a ser realizada era a de Português. No entanto, o candidato que obtivesse nota inferior a 4,0 pontos na prova escrita dessa disciplina era considerado eliminado, enquanto os que atingiam a nota mínima prosseguiram para a prova oral e para a realização das avaliações das outras disciplinas. Nesse sentido, Pessanha e Daniel (2002) expressam que os exames tinham caráter seletivo, o que era explicitado em vários dispositivos da legislação, como a Circular nº 3 de 30 de dezembro de 1940. Esta especificava que deveria ser dada a maior importância para as provas escritas, pois permitiriam identificar as reais condições dos candidatos.

Cabe dizer que, para receber a aprovação, os estudantes deveriam conseguir a nota mínima 5,0 em sua média geral. Assim, verificamos que o cálculo da média de cada disciplina se dava mediante média aritmética simples da nota da prova oral e da prova escrita. Para o cálculo da média geral, somava-se a média de todas as disciplinas e o resultado era dividido por quatro. Conforme Lima (2011, p. 117), “[...] a expectativa dos

alunos diante do resultado de admissão era grande, apreensão que demonstra o quanto esse sistema era seletivo”. Para Minhoto (2008, p. 459),

O certificado do exame, cujo valor era reconhecido e garantido oficialmente por estampilhas e rubricas de funcionários públicos, tornava-se um passaporte para novos caminhos [...]. Para os aspirantes ao ginásio, tratava-se de luta pessoal-assimilada — isto é, uma luta incitada pelo contato com modelos de projeto de vida, em circulação no mercado hierarquizado de possibilidades de inserção social, e pelo contato com outras instituições sociais com as quais conviviam, desde a família até os meios de comunicação de massa.

Em relação à legislação dos exames de admissão, esta estabelecia orientações para as provas escritas e orais. Ermel e Bastos (2012) expressam que, na prova escrita de Português, deveria haver um ditado contendo cerca de 15 linhas (sobre autor brasileiro contemporâneo) no valor máximo de 3 pontos e seis questões objetivas de gramática referentes ao ditado e abrangendo o programa da disciplina no valor de 4 pontos; para a prova oral dessa disciplina, especificava a leitura de um trecho de 15 a 20 linhas de autor contemporâneo, interpretação do trecho lido e questões objetivas de gramática. Para a prova escrita de Matemática, determinava-se que a mesma deveria conter cinco questões simples sob a forma de problema, às quais, no julgamento em conjunto, deveriam ser atribuídos até 5 pontos, e cinco questões de caráter prático imediato de mesmo valor; na prova oral, deveria haver arguição sobre um assunto sorteado dentre 20 dos formulados sobre a matéria constante do programa. A prova escrita de Geografia deveria conter 20 questões simples e objetivas, sendo dez sobre Geografia do Brasil. Para estas, deveriam ser atribuídos até 10 pontos; na prova oral, o candidato deveria arguir sobre um ponto sorteado dentre 20 formulados sobre a matéria constante do programa. A prova escrita de História deveria ser composta de 20 questões simples e objetivas, de modo que dez das questões deveriam versar sobre o Brasil independente, sendo atribuído à mesma o valor de até 10 pontos; na prova oral, o candidato deveria arguir sobre um ponto sorteado dentre os formulados sobre a matéria que constava no programa.

O primeiro exame de admissão da instituição teve a presença do Inspetor Federal Dr. Edmundo Pereira Canto, e a Comissão Examinadora fora constituída pelos professores Judith Dantas Pimentel, Edgar Sponholz, Agenor Herculano Ribeiro, Nicolau Ballas Barros e Lucília de Queiroz Cerqueira. Esse exame ocorrera, em primeira época, nos dias 9, 10 e 11 de dezembro do ano de 1953. Participaram desse exame o total de 67 candidatos, dos quais cinco foram eliminados e um obteve reprovação. Em relação ao exame de segunda época, este ocorreu nos dias 24, 25 e 26 de fevereiro de 1954. O Inspetor foi o mesmo do exame anterior, porém houve alteração de alguns membros da Comissão Examinadora, sendo esta formada pelos professores Judith Dantas Pimentel, Clélia Xavier, Odete Alcântara Rosa, Nicolau Ballas Barros e Tomires Moreira. Realizaram as avaliações 73 candidatos, sendo oito deles eliminados e 17 reprovados (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1953-1960). A seguir, apresentamos um quadro geral do número de alunos reprovados e eliminados nas provas de admissão para os anos de 1955 a 1959.

Ano	Inscritos	Reprovados	Eliminados
1955	109	30	0
1956	200	15	44
1957	344	57	210
1958	374	38	116
1959	485	92	197

Quadro 1 - Resultado geral dos exames de admissão (1955-1959)

(organizado pela pesquisadora)

Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1953-1960)

É possível concluir, por meio das informações do quadro 1, que a cada ano ocorria aumento no número de estudantes a realizar os exames de admissão e, por conseguinte, havia o acréscimo no número de reprovados e/ou de eliminações. Em relação à década de 1960, identificamos situação parecida, a qual pode ser visualizada no quadro 2. No entanto, devemos ressaltar que, em relação aos anos de 1962 e 1963, só apuramos os dados dos exames de primeira época, por não haver registros das provas realizadas em segunda época. Nesse contexto, é necessário revelar que, a partir do ano de 1962, foi extinto o termo eliminado, passando este a ser substituído por reprovado.

Ano	Inscritos	Reprovados	Eliminados
1960	412	24	260
1961	387	46	177
1962	56	32	-
1963	56	34	-
1964	110	73	-
1965	140	100	-
1966	143	107	-
1967	87	59	-
1968	141	98	-
1969	49	29	-

Quadro 2 - Resultado geral dos exames de admissão (1960-1969)

(organizado pela pesquisadora)

Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1960-1971)

Em relação às informações sobre a década de 1960, é importante relatar que, a partir do ano de 1965, os alunos não aprovados em primeira época não necessitariam realizar todas as provas dos exames de segunda época, mas somente as avaliações das disciplinas em que não obtiveram aprovação.

No que concerne ao ano de 1970, não foi possível expressar o número exato de aprovados e reprovados, pois muitos dos resultados estão incompletos. Porém, ao observar as notas das provas da grande maioria dos candidatos, foi possível verificar um elevado número de notas abaixo da média. Já em relação a 1971, último ano dos exames, houve a participação de 580 candidatos, dos quais 210 foram reprovados.

Com base nos quadros 1 e 2, é possível verificar o elevado número de alunos que não conseguiram aprovação nos exames de admissão da instituição. Nesse sentido,

expressamos que tais exames restringiram o acesso de muitos indivíduos ao ensino secundário, devido ao seu caráter seletivo; assim, constituíram-se em um obstáculo para muitos estudantes, impedindo-os de alcançar níveis mais elevados de escolarização. Aksenen e Miguel (2013, p. 13) complementam que

[...] os exames de admissão ao ginásio podem ser considerados mecanismos de seleção, controle e restrição de acesso à continuidade nos estudos. Inseridos em um período da educação brasileira no qual o ensino secundário foi marcado pelo caráter elitista e enciclopédico, rigidamente controlado por um sistema de provas. Compreende-se que o ingresso ao ginásio por meio dos exames de admissão tenha marcado a educação brasileira por um mecanismo de valorização de uns em detrimento a outros, desconsiderando as possibilidades de cada indivíduo, suas origens, seus estímulos e as próprias diferenças individuais.

Em relação aos documentos analisados, verificamos que uma grande parcela dos candidatos aprovados não apresentou um bom desempenho em todas as avaliações. Assim, constatamos que, quando não atingiam uma nota satisfatória na prova escrita de uma disciplina, eles a recuperavam na prova oral e vice-versa. Além disso, os indivíduos que não conseguiam a média em alguma das matérias recuperavam suas notas nas outras, o que lhes garantia a média geral mínima de 5,0 pontos, necessária para adentrarem o ginásio.

Desse modo, salientamos que a aprovação no exame de admissão era algo marcante para os estudantes e para as suas famílias, pois permitia aos educandos “[...] galgar posições de respeito e reconhecimento social” (MINHOTO, 2008, p. 459). Acerca disso, é necessário ressaltar que tais exames vigoraram por 40 anos, sendo os mesmos extintos com a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada no ano de 1971, a qual instituiu o ensino obrigatório de primeiro grau dos 7 aos 14 anos.

Considerações finais

O cultivo e a produção do café foram atividades econômicas que muito contribuíram para a ocupação e o desenvolvimento do Estado do Paraná, sobretudo de sua Região Norte. Nesta última, destacamos a fundação do município de Maringá, planejada para ser um centro regional, e local onde está situado o Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal. Essa instituição pública foi implantada, especialmente, para atender os estudantes que necessitavam cursar o ensino secundário, em nível ginasial, e não tinham condições de realizá-lo em uma instituição privada ou em outra localidade. De início, sofrera com as condições precárias do prédio escolar e com a falta de professores para nela lecionarem. No entanto, superou as dificuldades iniciais e, à medida que Maringá se desenvolveu, consolidou-se no cenário educacional como um dos principais estabelecimentos públicos do município.

No período em que a referida instituição foi instituída, ou seja, na década de 1950, a educação era regulamentada pelas Leis Orgânicas do Ensino Secundário, as quais determinavam, para o ingresso ao ensino secundário, a realização dos exames de admissão. A história do supracitado colégio está relacionada ao contexto nacional e estadual, visto que obedecia, em sua organização, à legislação vigente no país. A oferta da escolarização era precária em todos os níveis e crescia a pressão pela necessidade de preparar a mão de obra necessária à sociedade brasileira em pleno desenvolvimento urbano e industrial. Seu crescimento impeliu para a ocupação de novos espaços, como o norte do Paraná, e os

novos moradores pressionavam para que fosse ofertada a escola pública em diferentes níveis. Para conter a demanda, os exames de admissão foram criados, coibindo a procura pelo ginásio. Esse exame era realizado com rigor e selecionava os alunos que apresentavam melhor rendimento escolar. Os candidatos que não eram aprovados nesses exames tinham que continuar se preparando nos anos subsequentes e, muitas vezes, essa situação era interpretada como fracasso e incompetência individual.

Assim sendo, foi possível identificar, mediante análise de tais exames realizados no colégio, o expressivo número de candidatos que não conseguiram a aprovação, mesmo depois de realizá-los por anos consecutivos. Isso nos demonstra a sua seletividade e a barreira que se tornara para os aspirantes ao ginásio.

Os alunos aprovados passavam a constituir a elite maringense, tornando-se, no início do município, os profissionais necessários ao seu desenvolvimento. Destaca-se a dificuldade em contratar os primeiros professores e a falta de formação para o magistério, como já visualizado no cenário nacional, visto que, nesse período, tínhamos poucos cursos superiores voltados para a formação de professores. Consequentemente, estes, em geral, eram profissionais liberais que conciliavam outras ocupações com as atividades do magistério.

Para finalizar, salientamos que o estudo em questão não teve o objetivo de esgotar o assunto, mas servir de apoio para outros que poderão vir a abordá-lo, bem como contribuir para o conhecimento da história de uma instituição que muito tem contribuído ao ensino maringense.

Referências

A HISTÓRIA da Arborização da Cidade Canção. **Revista Maringá: Urbanização e Arborização**. 2011.

AKSENEN, Elisângela Zarpelon; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Desvelando os Exames de Admissão ao Ginásio na Educação Paranaense. 2013. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/01-%20ESTADO%20E%20POLITICAS%20EDUCACIONAIS%20NA%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20BRASILEIRA/DESVELANDO%20OS%20EXAMES%20DE%20ADMISSAO%20AO%20GINASIO%20NA%20EDUCACAO%20PARANAENSE.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. 2. ed. Curitiba: Grafipar, 1969.

BETTES JUNIOR, Hamilton; ORDOÑEZ, Marlene; SALES, Geraldo. **Paraná: estudos sociais**. São Paulo: Scipione, 1996.

BRASIL. Decreto-lei n. 19.890 de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm>. Acesso em: 10 jul. 2013.

BRASIL. Decreto-lei n. 4.024 de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto-lei%204.024-1942%20reforma%20capanema-ensino%20secund%20E1rio.htm>. Acesso em: 10 jul. 2013.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafecultura Paranaense - 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CHIES, Cláudia; YOKOO, Sandra Carbonera. Colonização do Norte Paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. **Revista GEOMAE - Geografia, Meio Ambiente e Ensino**. Campo Mourão: FECILCAM, v. 03, nº 01, p. 27-44, 1. sem. 2012.

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **Correspondências Expedidas e Recebidas**. Maringá, 1966-1967. Não paginado.

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **Histórico do Estabelecimento**. Maringá, 1953-1975. p. 1-18.

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **Livro Ata de Exames de Admissão**. Maringá, 1953-1960. 100 f.

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **Livro Ata de Admissão de Primeira e Segunda Época**. Maringá, 1960-1971. 99 f.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo, 1975.

ERMEL, Tatiane de Freitas; BASTOS, Maria Helena Camara. Ingresso ao Ginásio: os manuais de preparação ao exame de admissão (1950 - 1970). In: COLÓQUIO ENSINO MÉDIO, HISTÓRIA E CIDADANIA, 2012, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: USC, 2012. p. 1-17.

GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. **Geografia do Paraná: imagens e paisagens**. São Paulo: Moderna, 2011.

JORNAL CORREIO DO PARANÁ. Maringá, p. 2, 27 out. 1964.

LAZIER, Hermógenes. **Paraná: terra de todas as gentes e de muitas histórias**. Francisco Beltrão: Grafit, 2003.

LIMA, Aldivina Américo. **Ginásio Maringá (1952-1963): história da implantação de uma instituição escolar**. 2011. 336 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

LUZ, France. **O Fenômeno Urbano Numa Zona Pioneira**: Maringá. Maringá: Prefeitura do Município de Maringá, 1997.

MAGALHÃES, Marion Brepohl. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001.

MARINGÁ. **Ata da sessão de 20 jan. de 1953**. Maringá: Câmara Municipal de Maringá, 1953. Livro 1 de 20 dez. 1953 – 6 maio 1953. p. 7-9.

MARINGÁ. **Ata da sessão de 28 nov. de 1955**. Maringá: Câmara Municipal de Maringá, 1955. Livro 6 de 15 jun. 1955 – 14 dez. 1956. p. 71-77.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Articulação Entre Primário e Secundário na Era Vargas: crítica do papel do Estado. **Educação e Pesquisa**, v.34, n.3, p. 449-463, set./dez. 2008.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999. cap. 2. p. 21-50.

NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE MARINGÁ. **Vida Legal do Estabelecimento de Ensino**. Maringá, 2012. 3 f.

PACÍFICO, Daniela Aparecida. **Mesorregião Norte Central do Paraná: história da evolução e da diferenciação dos sistemas agrários**. 2007. Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/37.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2013.

PARANÁ. Secretaria de Cultura. **História do Paraná**. 2012. Disponível em: <<http://www.cultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>>. Acesso em:

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges. História da Cultura Escolar Através dos Exames: o caso dos exames de admissão ao ginásio (1939-1971). **Revista do Mestrado em Educação**. Campo Grande, MS, v.8, n.16, p. 4-11, 2002.

REIS, Osvaldo. **Maringá 60 anos: a história em conta-gotas**. Maringá: Primavera, 2004.

REVISTA MARINGÁ ILUSTRADA. 1957. Edição Comemorativa do Décimo Aniversário de Maringá.

REVISTA MARINGÁ: História - Cultura – Turismo – Economia – Saúde. Curitiba: Ajir, 2006.

ROLLEMBERG, Graziella. **História do Paraná**. São Paulo: Ática, 2010.

SANCHES, Antenor. **Maringá: sua história e sua gente**. Maringá: Massoni, 2002.

SCHMIDT, Maria A. M; FILIZOLA, Roberto. **Construção: novos estudos sociais**. São Paulo: Editora do Brasil, 1988.

SILVA, Sérgio Aguilar; VASCO, Ediméri Stadler; ARANTES, Aimoré Índio do Brasil; KLÜPPEL, Cristina Carla. **O Paraná de Todas as Cores**. Curitiba: Base, 2001.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re) ocupação da região do norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999. cap. 3. p. 51-85.

TRINDADE, Etelvina M. C; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 7. ed. Curitiba: Venturini, 1995.
_____. **História do Paraná**. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

Notas

¹ Professora da Rede Municipal de Ensino de Maringá e mestranda em educação pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: viberloff@hotmail.com.br

² Professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: mangelicaofl@ibest.com.br

³ Professora do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: mcgmachado@uem.br

⁴ O Primeiro Planalto abrange a Serra do Mar, Curitiba e as cidades que compõem sua região metropolitana (BETTE S JUNIOR; ORDÓÑEZ; SALES, 1996).

⁵ Conforme Schmidt e Filizola (1988), o ouro de aluvião é encontrado nos rios e, para explorá-lo, é necessária a utilização da bateia.

⁶ Conforme o Atlas Escolar de Maringá (2006), em uma cidade-jardim, as ruas ajustam-se ao desenho do relevo, as avenidas apresentam-se largas e com canteiros centrais arborizados, há praças, jardins e parques, bem como calçadas largas com a presença de uma árvore por lote.

⁷ Fundador e redator de pequeno jornal na cidade de Castro-PR, membro do diretório da UDN, venceu as eleições de 1947 e reelegeu-se na eleição seguinte (SANCHES, 2002, p. 21).

⁸ Pioneiro da cidade e vereador por sete mandatos.

⁹ Comerciante natural da cidade de Curitiba e primeiro prefeito do município (REIS, 2004).

Recebido em agosto-2013
Aprovado em setembro-2013